

Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2007

Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Ementa:

Determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014.

Assunto: Administrativo - Servidores públicos**Data de Leitura:** 16/08/2007

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** 30/03/2015 - Secretaria de Arquivo**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 26/12/2014 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

RQJ - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 64 de 2013

RQJ - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 7 de 2014

Despacho:

Nº 1 (Despacho Inicial)

(SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF) CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Randolfe Rodrigues (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

Senador Antonio Carlos Valadares (encerrado em 22/12/2010 - Fim de Legislatura)

Senador Romeu Tuma (encerrado em 17/10/2007 - Redistribuição)

TRAMITAÇÃO

30/03/2015 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** ARQUIVADO**26/12/2014** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** Matéria arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.*Publicado no DSF Páginas 88**Publicado no DSF Páginas 26 Suplemento (nº I)***19/12/2014** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Devolvido pelo Senador Randolfe Rodrigues, em atendimento ao art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

TRAMITAÇÃO

À SCLSF, em atendimento ao art. 332 do Regimento Interno.

01/08/2014 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

20/03/2014 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Devolvido ao gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para proferir Relatório.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 7, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Antônio Carlos Valadares, que dispensa o Requerimento nº 74, de 2009-CCJ, fica prejudicado o Requerimento nº 64, de 2013-CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues.

20/03/2014 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 8ª Reunião Ordinária realizada nos dias 19 e 20/03/2014, a Comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Antônio Carlos Valadares que solicita a dispensa da Audiência Pública para instruir a matéria, de que trata o Requerimento nº 74, de 2009-CCJ (fl. nº12).

23/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 61ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 64, de 2013-CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, em aditamento ao Requerimento nº 74, de 2009-CCJ, que requer a realização de Audiência Pública em data oportuna, a fim de instruir a matéria (fl. 11).

21/08/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido, às 16 horas e 10 minutos, pelo Senador Randolfe Rodrigues, com apresentação de Requerimento de realização de Audiência Pública para instrução da matéria.

06/03/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues, para emitir relatório.

14/01/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão nesta data.
Matéria aguardando designação de Relator.

13/01/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

TRAMITAÇÃO

A matéria volta à CCJ.

22/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 53ª Legislatura).

02/09/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 33ª Reunião Ordinária, a Comissão aprova o Requerimento nº 74, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para instruir a matéria em data oportuna.

18/06/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Senador Senador Antonio Carlos Valadares. Matéria aguardando redistribuição.

***** Retificado em 08/07/2009*****

Devolvido pelo Senador Antonio Carlos Valadares, para aguardar audiência pública e instruir a matéria em data oportuna. Matéria aguardando redistribuição.

***** Retificado em 08/07/2009*****

Devolvido pelo Senador Antonio Carlos Valadares, para aguardar Audiência Pública com o objetivo de instruir a matéria em data oportuna.

17/04/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encaminhado ao Senador Antonio Carlos Valadares, para reexame.

17/11/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

29/05/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Senador Antonio Carlos Valadares, com apresentação de Requerimento de realização de Audiência Pública para instrução da matéria.

11/02/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Antonio Carlos Valadares para emitir relatório.

17/10/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando redistribuição, em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à CCJ.

TRAMITAÇÃO

16/10/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Romeu Tuma com voto pela rejeição do Projeto.

21/09/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Romeu Tuma para emitir relatório.

27/08/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

20/08/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Prazo para apresentação de Emendas:

Primeiro dia: 20.08.2007

Último dia: 24.08.2007

17/08/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

16/08/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG, com destino à CCJ; posteriormente, à CE, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 27825-27826

16/08/2007 SF-PLÉG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2007

Data	Tipo	Comissão	Ação legislativa	Observação
16/08/2007	Texto inicial - PLS 480/2007	SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO	Leitura. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa. A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos. Ao PLEG, com destino à CCJ; posteriormente, à CE, em decisão terminativa.	Determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014.
16/08/2007	Avulso inicial da matéria			
16/10/2007	Relatório Legislativo	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Recebido o Relatório do Senador Romeu Tuma com voto pela rejeição do Projeto.	
02/09/2009	Avulso de requerimento	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Na 33ª Reunião Ordinária, a Comissão aprova o Requerimento nº 74, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para instruir a matéria em data oportuna.	